

Sarney poderá rolar até 90 US\$ 58,4 bi²¹

CORREIO BRAZIL

JAN 1987

Rio — Se a nova Assembleia Nacional Constituinte garantir o mandato presidencial com duração de seis anos, o País terá de escalonar um total de US\$ 58,4 bilhões já no governo Sarney, sendo que US\$ 47,1 bilhões dessa dívida são controlados por bancos particulares. Com o Clube de Paris, os débitos estão em torno de US\$ 4,7 bilhões e outros US\$ 6,6 bilhões, em linhas de crédito de bancos brasileiros no exterior.

Dentro da proposta de escalonamento da dívida externa brasileira para seis anos (entre 1986 e 1991) — o chamado Myra, ou Multi Year Rescheling Agreement — o País vem discutindo as amortizações de US\$ 1,4 bilhão referente aos escalonamentos de 1985 e 1986 com o Clube de Paris. A proposta estava praticamente aceita, quando as autoridades brasileiras decidiram incluir o escalonamento deste ano, algo em torno de US\$ 859 milhões. Com isso, o total da dívida a ser escalonada com o Clube de Paris disparou para US\$ 2,3 bilhões e não tardaram a surgir resistências à proposta brasileira, partindo principalmente da Grã-Bretanha e da Holanda.

Do total da dívida a médio e longo prazos, 46,2 por cento obedecem hoje aos parâmetros da 'Libor' e 23 por cento aos da 'prime rate'. Outros 22,6 por cento seguem taxas fixas. Atualmente, a 'Libor' inglesa

tem atingido o patamar dos 6,5 por cento (em termos nominais) e 4,5 (em termos reais), ultrapassando de longe a taxa histórica de 3 por cento de juros reais do período de 1977 a 1985.

Ainda de acordo com essa fonte, no último escalonamento feito com o Clube de Paris e relativo ao período 1983/84, a dívida brasileira só com as agências governamentais estava em torno de US\$ 11,7 bilhões. Com as negociações realizadas na época, US\$ 4 bilhões desse total passaram a ser controlados diretamente pelo Clube de Paris.

Até o final da tarde de ontem, alguns economistas que têm acompanhado de perto as negociações da dívida externa brasileira ainda consideravam "bastante difíceis" os entendimentos com o Clube de Paris. Isto porque o não monitoramento do FMI estava condicionado ao acerto de contas referente ao período de 1985/86.

O acordo, praticamente fechado em dezembro, acabaria desgastado pela disposição brasileira em incluir o escalonamento da dívida deste ano, dados os problemas que o País certamente enfrentará no cenário internacional, como elevação nos preços do petróleo e aumento do protecionismo norte-americano, como lembrou a professora Maria Sílvia Bastos, da FGV.